



Ex-libris da zona oriental

Texto: Marta Almeida Carvalho
Fotos: Fernando Santos

Bela-Vista é, sem dúvida, uma designação adequada à quinta situada no «Monte Aventino», junto ao «Dragão». A sua localização privilegiada, num dos pontos mais altos da cidade, confere-lhe uma visão abrangente de todo o Vale de Campanhã, até ao rio. O imponente edifício, inicialmente construído para albergar um colégio, já serviu de hospital, quartel da GNR e actualmente acolhe a PSP, que concentra, neste ex-libris da freguesia, algumas das suas unidades operacionais.

A localização geográfica da Quinta da Bela-Vista permite desfrutar de uma panorâmica amplamente abrangente sobre o Vale de Campanhã. A origem do topónimo estará, precisamente, no facto do local estar integrado num dos pontos mais altos da cidade.

A quinta resultou do emparcelamento de três propriedades distintas – uma na rua da Lameira de Cima, composta por «casas térreas com quintal, ramada, árvores de fruto, poço e mais pertences»

que, em 1876, foi vendida a João Lino Santos, funileiro, «por 75 mil réis». Passados 16 anos, em 1892, na sequência do processo de partilhas com os herdeiros, a propriedade – entretanto avaliada em cerca de 800 mil réis – ficou na posse de Maria Josefina de Jesus Correia e sua irmã, Vitória. A segunda, uma parcela da denominada «Quinta da Lameira», constituída por «morada de casas de dois andares, águas-furtadas, lavradio, água e árvores



de fruto» era, em 1910, propriedade de três irmãos de apelido Gomes Ferreira que «militavam na carreira de armas: um oficial da marinha, outro do exército». À junção daquelas duas propriedades viria a acrescentar-se uma parcela de terreno, contígua a ambas, cujo proprietário era Joaquim Vitorino Mesquita Soares.

Símbolo de modernidade

No Natal de 1911, José de Oliveira Lima adquiriu a primeira e a segunda propriedades, pelo valor total de 4 mil e 300 escudos (700 referentes à primeira e 3 mil e 600 à «Quinta da Lameira»). Poucos meses depois, comprou a terceira parcela por 100 escudos tendo formado, assim, a Quinta da Bela-Vista. Em Maio desse ano, iniciou-se a construção do edifício que iria albergar o «Instituto Moderno», um estabelecimento destinado ao ensino primário e secundário, que funcionou em regime de internato e externato. Este colégio viria a transformar-se numa instituição modelar, quer devido à qualidade das suas instalações, quer pela utilização dos mais avançados princípios didácticos e higiénicos da época. Mas, apesar de toda a modernidade, o tempo de vida do estabelecimento de ensino foi muito curto, tendo funcionado entre 1914, data da conclusão do edifício, e 1918, precisamente o período da Grande Guerra. Em Portugal, decorria internamente uma época marcada por con-

turbações a nível político, económico e social devido ao recém-implantado regime republicano.

Hospital improvisado

Foi nessa altura, em 1918, que proliferou no país uma epidemia de «tifo exantemático», doença altamente contagiosa, a que o Porto não ficou imune. Devido à sobrelotação nos hospitais da cidade e à necessidade de isolamento dos doentes, o edifício do colégio, entretanto encerrado, foi requisitado para funcionar como secção do hospital Joaquim Urbano, conhecido por «Goelas de Pau». Lá terão funcionado serviços de desinfecção, despiolhamento e enfermaria de convalescença com mais de 200 camas. Terminado o surto epidémico, instalou-se o impasse quanto à utilização do edifício da Bela-Vista. No Verão de 1919, foi comprado pela Guarda Nacional Republicana (GNR), que aí viria a instalar o seu Batalhão, tendo pago ao médico José de Oliveira Lima, proprietário da quinta e director do colégio, a quantia de 275 contos, conforme o indicado na escritura pública de 21 de Agosto de 1919. A propriedade englobava, para além do corpo central do edifício, dois pavilhões que ainda existem e que foram sendo adaptados às necessidades logísticas.

A partir desta data, a história da quinta está intimamente ligada à evolução do aquartelamento e à própria GNR, corporação que durante cerca de 75 anos a «habitou». Helena Leão, pintora plástica e filha de um



militar, viveu nesta quinta durante cerca de 10 anos (entre os três e os 13). Desses tempos mantém boas recordações e alguma saudade. Numa visita à quinta, recordou as peripécias e constatou as mudanças operadas no espaço que lhe serviu de «casa», desde a «piscina com barracas de praia» às grandes «carrerias e travessuras» que por lá fazia. 6 Fevereiro de 1995 é a data oficial da chegada da Polícia de Segurança Pública (PSP) à Bela-Vista que, desde então, alberga algumas das unidades desta força, nomeadamente o destacamento do Corpo de Intervenção (CI) no Porto e Brigada Cinotécnica (BC). No espaço encontram-se ainda as oficinas, Núcleo de Apoio Geral, arrecadação do material de guerra, cantina e um edifício com celas de detenção. “Há locais que estão na mesma mas há outros que quase não reconheço”, refere a pintora, constatando com surpresa que, no local da sua antiga sala está agora a sala de musculação do CI, o «quarto da Adriana» serve de secretaria ao Núcleo de Apoio Geral e o edifício da «antiga creche» alberga as camaratas da «polícia de choque». No «bico-do-pato», um ponto de extremidade da quinta, existia uma guarita onde havia sempre um militar de vigia. O tiro ecoou numa noite de 1961, provocando grande rebuliço por se pensar tratar de consequências do assalto ao paquete «Santa Maria». Mas o que parecia ser um «incidente» político afinal não passou de um «acidente» interno: a arma do vigia do «bico-do-pato» disparou acidentalmente quan-

do este adormeceu, provocando-lhe a morte. Conta a lenda que também um capitão lá se suicidou e que é uma «figura» que deambula pela quinta. Pelo menos ainda serve para «assustar» os «maçaricos». ■

Futuro incerto

A propriedade, que faz parte do património do Estado e está classificada de interesse concelhio, passou, em Julho de 2009, para as mãos da Estamo, uma empresa que integra o grupo Parpública, comparticipada a 100 por cento por capitais públicos e vocacionada para a compra de imóveis para revenda, arrendamento ou alienação após acções de promoção e valorização imobiliária. O futuro da propriedade ainda não está definido mas é quase certo que venha a sofrer mudanças. De acordo com informações da Direcção-Geral de Infra-Estruturas e Equipamentos, encontra-se em análise o local para a construção do novo edifício que irá acolher o Corpo de Intervenção, uma infra-estrutura construída de raiz para se «adequar às necessidades específicas desta vertente da Unidade Especial de Polícia». Depois de definido o local, o concurso público terá de ser lançado no prazo de dois anos e, a partir daí, avançar para a construção. A utilidade que será dada à Quinta é ainda uma incógnita mas o futuro poderá passar pela venda a entidades privadas.